

Eça renovado Fundamentos e objectivos de uma edição crítica

Carlos Reis

A FORTUNA CULTURAL DE UM ESCRITOR NÃO SE decide apenas em função da sua vontade. A fortuna cultural de um escritor resulta normalmente de um conjunto de circunstâncias que são estranhas a essa vontade e que se não restringem a decisões de ordem crítica e judicativa, incidindo sobre a qualidade dos seus textos.

Quando o escritor de que falamos é Eça de Queirós, as questões que ficaram afloradas ganham ressonância própria, por força de uma história editorial sinuosa e acidentada, como é a das suas obras. E assim, não basta celebrarmos a perenidade de Eça e a sua suposta actualidade: é necessário sabermos até que ponto a sua obra, nas edições de que dispomos, corresponde efectivamente a um legado artístico consolidado e, ainda hoje, autêntico. A elaboração de uma edição crítica das obras de Eça de Queirós é, à sua maneira, uma forma de contribuirmos para a consolidação desse legado, contributo porventura menos vistoso do que outros, mas talvez mais durável do que eles.

Começemos pelo princípio: o propósito fundamental de uma edição crítica consiste em restituir à autenticidade possível um texto ou um conjunto de textos que, por razões várias, foram publicados em termos que, conjecturada ou reconhecidamente, são distintos daquilo que seria a vontade final do seu autor. O que implica, desde logo, uma dificuldade: a que consiste em lidar com essa vontade final do autor, quer pelo facto de ela poder ser desconhecida, quer por uma tal vontade eventualmente desembocar num estágio de elaboração que, de um ponto de vista crítico, se entenda ser menos conseguido. Esta segunda hipótese é relativamente remota (ou, pelo menos, escassamente comprovada,



quando se está perante situações concretas), mas importa, ainda assim, considerá-la.

A metodologia da crítica textual e a sua aplicação na elaboração de edições críticas prevêm possibilidades de resolver aquela e outras dificuldades. Sem entrarmos agora na dilucidação dos procedimentos que o conseguem, acrescente-se ao que fica dito o seguinte: uma edição crítica não deve fechar-se sobre si mesma; muito menos ela deve ser a postulação artificial de problemas de pura incidência académica, relegando para a eternidade os resultados do seu labor. De facto, uma edição crítica envolve necessariamente uma responsabilidade cultural; e esta exige que os seus resultados sejam postos ao serviço da comunidade. Por outras palavras: uma edição crítica é entendida como um ponto de

partida, mais do que como um termo de chegada, ponto de partida para a publicação de textos, em edições correntes, escolares ou de divulgação, destinadas a um público amplo.

É esse público alargado que, por fim, deve ser o grande beneficiário do investimento científico e financeiro que uma edição crítica envolve, sobretudo quando ela contempla um escritor de alargada circulação e popularidade. A esse nível, o que se disponibiliza para a edição corrente é um texto por assim dizer «restaurado» e não, como é evidente, o aparato de notas, o estudo erudito ou os apêndices documentais que suportam e conferem solidez à edição crítica propriamente dita.

Ainda que possam ser conhecidos, os pressupostos que ficaram enunciados devem ser recordados, quando está em causa a edição crítica de um escritor como Eça de Queirós. De facto, aparentemente uma edição crítica dos textos queirosianos faria pouco sentido: trata-se de um escritor moderno, cujos textos se acham abundante e diversificadamente editados, não apresentando, para mais, a sua língua literária diferenças flagrantes relativamente ao estado actual do nosso idioma.

Quem assim pensa engana-se, certamente por não conhecer a complexa situação dos textos queirosianos, nem o seu destino atribulado, depois e até antes da morte do seu autor. A isto acresce que, justamente por ser um escritor muito editado, Eça de Queirós foi «vítima» daquilo que, sendo praticamente inevitável, nem sempre é devidamente considerado: os seus textos (sobretudo a partir do momento em que caíram no domínio público) foram muitas vezes editados, nalguns casos por editores pouco cuidadosos e mesmo desconhecedores dos problemas que o cânone queirosiano apresenta. Complete-se isto com o facto de muitos dos tex-

tos de Eça terem sido publicados postumamente (não raro de forma extremamente deficiente) e ter-se-á uma imagem dos complexos problemas que as edições queirosianas podem suscitar. Se, como por vezes lamentavelmente acontece, o editor ignora esses problemas e mesmo o facto de, para diversos dos textos queirosianos, dispormos já de edições críticas, então os resultados de uma edição sem critério podem ser pouco menos do que deprimentes.

Nas origens da edição crítica das obras de Eça de Queirós, em curso de publicação, encontra-se a análise do espólio do escritor, presentemente integrado nos fundos da Biblioteca Nacional¹. Essa análise, levada a cabo durante vários anos, permitiu conhecer, de forma minuciosa e recorrendo ao contributo de várias disciplinas conjugadas (história literária, crítica genética, narratologia, estilística, etc.), a intimidade da oficina do escritor e os processos de trabalho que o caracterizavam². A partir daí, tornou-se evidente – como em seu tempo sugeriu Ernesto Guerra da Cal – que a investigação e a análise realizadas deveriam ser o suporte para a edição crítica agora em desenvolvimento.

Para além daquilo que o espólio deu a conhecer (designadamente no caso dos materiais inéditos que, à época, esse espólio encerrava), o facto de nele se encontrarem muitos outros materiais, já publicados, reforçava a pertinência da empresa. O aparecimento, em 1980, de várias edições divergentes d'*A Tragédia da Rua das Flores* veio culminar (de forma hoje quase unanimemente considerada a vários títulos reprovável³) um conjunto de iniciativas de infeliz desenlace e de duvidoso propósito. Juntando-se a tudo isto o conhecimento do espólio, tornava-se mais gritante ainda a urgência e a legitimidade de uma edição crítica das obras de Eça de Queirós.

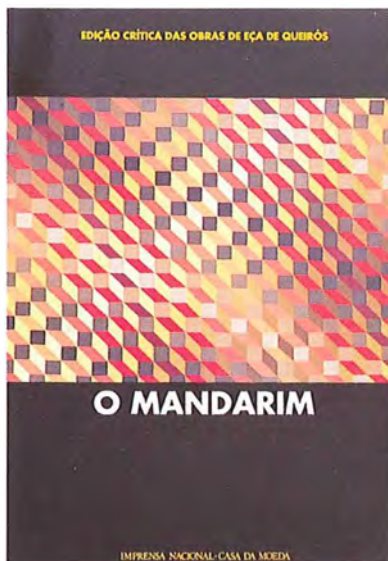
O projecto elaborado e iniciado há cerca de dez anos é em geral conhecido e segue o seu curso normal, de acordo com o trabalho de diversos estudiosos nesse projecto envolvidos. Ainda assim, valerá a pena recordar que ele partiu da ponderada análise dos problemas levantados por um panorama textual muito complexo e integrado por situações e dificuldades muito diversas.

Quando Eça de Queirós morreu, em 1900, estavam publicadas as que são certamente as suas obras mais importantes, mas estava longe de ser conhecida a totalidade dos seus textos. Por razões acidentais e que não é agora oportuno descrever, muitos materiais permaneceram inéditos durante alguns anos, até que familiares ou amigos próximos entenderam que seria oportuno publicá-los. Infelizmente, porém, não foram tomadas as cautelas nem adoptados os métodos adequados para o efeito; ou então, se se preferir, foi o excesso de zelo que, nalguns casos, inquinou a tarefa...

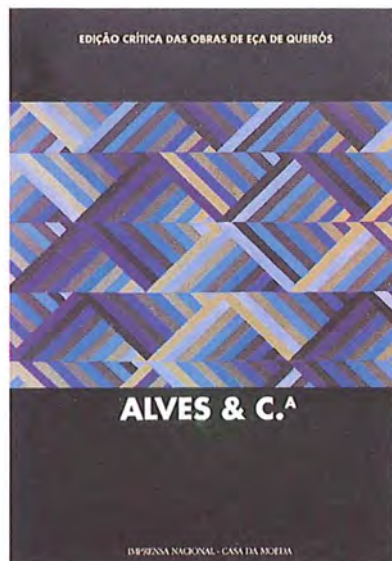
Para melhor se compreender o que fica dito, convirá lembrar que o que hoje se conhece da produção queirosiana compreende situações muito distintas. Foram essas situações que inspiraram um plano editorial baseado em critérios genológicos e assim estruturado:

Obras ficcionais: compreendem os textos ficcionais de Eça (particularmente romances, novelas e contos), cuja história literária, no que à problemática editorial diz respeito, se desdobra em duas grandes situações:

Obras não-póstumas: aquelas que Eça, em vida, escreveu, reviu e cuja publicação acompanhou, obras essas que quase sempre submeteu, quando foram reeditadas, a transformações substanciais. Encontram-se nesta situação os seguintes títulos: *O Mistério da Estrada de Sintra*, *O Primo Basílio*, *O Crime do*



O Mandarin, edição crítica de Beatriz Berrini. Lisboa, INCM, 1993.



Alves & C.ª, edição crítica de Luiz Fagundes Duarte e Irene Fialho. Lisboa, INCM, 1994.

Padre Amaro, *O Mandarin*, *A Relíquia*, *Os Maias* e *Contos*. A situação mais problemática, deste conjunto é, como se sabe, a d'*O Crime do Padre Amaro* (três versões e uma reedição); a menos problemática (aparentemente) é a d'*Os Maias*, único romance não reeditado em vida de Eça.

Obras semi-póstumas e póstumas, que são aquelas que Eça não chegou a ver publicadas, quer por ter morrido quando elas estavam em curso de publicação (casos d'*A Correspondência de Fradique Mendes*, d'*A Ilustre Casa de Ramires* e d'*A Cidade e as Serras*, que podem, assim, ser entendidas numa singular condição de semi-póstumos), quer por terem sido publicadas sob responsabilidades outras, que não a do escritor. É o caso de *Lendas de Santos*⁴, d'*A Capital!*, d'*O Conde d'Abranhos*, de *Alves e Cia.*, d'*A Tragédia da Rua das Flores* e ainda de *Contos*⁵.

Textos de imprensa: compreendem a vasta colaboração de Eça para jornais e revistas do seu tempo, colaboração que só postumamente foi reunida em volumes, com títu-

los não expressamente caucionados pelo escritor (por exemplo: *Notas Contemporâneas* ou *Prosas Bárbaras*). Além de *Uma Campanha Alegre*. De «*As Farpas*», este conjunto inclui outros seis volumes: *Textos de Imprensa – I* (d'*O Distrito de Évora*), *Textos de Imprensa – II* (da *Gazeta de Portugal*), *Textos de Imprensa – III* (d'*A Actualidade*), *Textos de Imprensa – IV* (da *Gazeta de Notícias*), *Textos de Imprensa – V* (da *Revista Moderna* e outras publicações) e *Textos de Imprensa – VI* (da *Revista de Portugal*).

Epistolografia: inclui *Cartas Públicas* (que foram sendo dispersas por volumes póstumos) e *Cartas Privadas*.

Narrativas de viagem: *O Egipto e outros relatos*.

Vária: *Almanaques e outros dispersos*, compreendendo textos de configuração e motivação muito distinta como «Um Génio que era um Santo» ou «O 'Francesismo'».

Traduções: *Philidor* e *As Minas de Salomão*.

Até ao momento, foram publicados, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, seis títulos: *A Capital!* (edição de Luiz Fagundes Duarte), *O Mandarin* (por Beatriz Berrini), *Alves & Cia.* (por Luiz Fagundes Duarte e Irene Fialho), *Textos de Imprensa – VI* (da *Revista de Portugal*) (por Maria Helena Santana), *A Ilustre Casa de Ramires* (por Elena Losada Soler) e *O Crime do Padre Amaro* (por Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha). O que dessas edições críticas resultou é bem significativo, no que toca à relevância da iniciativa e em função dos resultados que foram atingidos.

No que diz respeito aos póstumos – *A Capital!* e *Alves & Cia.* – o que a edição crítica (conjugada com procedimentos providos do campo da chamada crítica genética) permitiu apurar foi o que se intuía, mas não

se conhecia em pormenor. Ou seja: que a publicação dos póstumos queirosianos, nos dois casos mencionados sob responsabilidade de José Maria Eça de Queirós, filho do escritor, foi um processo conduzido de forma, no mínimo, ligeira. Perante originais incompletos e inacabados, José Maria permitiu-se corrigir, acrescentar e mesmo censurar materiais quase sempre incipientes, assim produzindo versões certamente engenhosas, do ponto de vista estilístico, mas raiando a falsificação – ainda que, reconheça-se, com motivações porventura generosas e não isentas de abundante dose de candura. Significa isto, por um lado, que as obras assim publicadas hão-de ser consideradas semi-apócrifas e, por outro lado, que os textos que a edição crítica reconstituiu, embora certamente muito menos «trabalhados», revestem-se de uma autenticidade que não pode ser contestada.

No caso d'*O Mandarin*, a edição crítica tratou sobretudo de valorizar a confrontação entre duas versões: a que foi publicada no *Diário de Portugal* e a reedição de 1889, muito semelhante à de 1880, aparecida em livro no mesmo ano em que surgiu nas páginas daquele jornal. Logo aí, foi possível observar como Eça, em curto espaço de tempo, procedeu a uma verdadeira reescrita do texto, ampliando-o consideravelmente.

Isso mesmo observa-se de novo n'*A Ilustre Casa de Ramires*. Tendo aparecido em primeira publicação (que ficou inacabada) na *Revista Moderna*, em 1897, o romance *A Ilustre Casa de Ramires* foi retomado por Eça logo depois, de novo ampliado e preparado para edição em livro, consumada já depois da morte do escritor. O aparato de notas que a edição crítica implicou evidencia o trânsito da versão inicial para essa que o romancista não reviu por completo; e como aquela versão inicial ficou incompleta, a partir de certo



momento (no capítulo X), as notas de confrontação desaparecem.

A edição crítica dos textos queirosianos da *Revista de Portugal* confirmou aquilo que o projecto editorial, nas suas linhas gerais e no que toca aos textos de imprensa, tinha aventado: trata-se, em casos como este, de conseguir uma unidade que é a que decorre da reunião num só volume da colaboração destinada a uma mesma revista ou jornal. Uma tal unidade é indissociável da circunstância de estar em causa uma publicação destinada a um público específico e motivando textos escritos num certo momento da vida cultural do escritor, concretamente entre 1889 e 1892. No caso em apreço (o da *Revista de Portugal*), trata-se de uma publicação dirigida por Eça e correspondendo a uma tentativa de intervenção cultural e cívica que devia contar também com a colaboração dos nomes mais destacados da geração do escritor.

Diferente de todos os casos até agora considerados é *O Crime do Padre Amaro*. Trata-se do único título do conjunto de não-póstumos até agora editados; mas trata-se também,

Textos de Imprensa VI (da Revista de Portugal), edição crítica de Maria Helena Santana. Lisboa, INCM, 1995.

O Crime do Padre Amaro, edição crítica de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha. Lisboa, INCM, 2000.



nesse conjunto, do caso mais complexo e problemático, objecto já de uma edição crítica⁶, recorrendo a procedimentos muito diversos dos que agora foram perfilhados. No caso presente, a edição crítica começou por adoptar uma atitude, por assim dizer, drástica: a primeira versão, de 1875, deve ser entendida como um texto não autorizado. Para que uma tal atitude fosse devidamente sustentada, tornava-se necessário analisar (como foi feito) as atribuladas circunstâncias de publicação daquela primeira versão, na *Revista Ocidental*, de certa forma à revelia do autor ou, pelo menos, sem que se tivesse contado com a revisão final que Eça quis fazer e não fez⁷. Por isso mesmo, os textos a considerar só podiam ser os da segunda e terceira versões, respectivamente de 1876 e 1880; mas mesmo neste caso, a edição de 1889, sem constituir propriamente uma nova versão, regista diferenças suficientemente importantes para ser considerada a edição *ne varietur*, pois que depois dela nenhuma outra, em vida de Eça, veio superá-la.

Não menos delicado do que o apuramento das questões enunciadas é a montagem de uma edição crítica que tem que lidar com o cenário descrito e com um texto que conta centenas de páginas. Daí que tenha sido necessário conceber procedimentos de confrontação que permitissem (literalmente) ver uma escrita em

devir: reproduzindo-se na página da esquerda a versão de 1876 e na da direita a edição de 1889 (a *ne varietur*), foi possível observar as transformações por que passou um texto que não só foi crescendo, como foi ainda refinando os seus atributos estilísticos e mesmo sofrendo alterações de ordem estrutural. O aparato de notas que completa a confrontação atesta, a um nível por assim dizer molecular, as intervenções do escritor. O que, por fim, deixa transparecer a dimensão de um labor verdadeiramente extraordinário, desenrolado em apenas três anos e fruto de uma preocupação estética, de uma exigência ética e de uma determinação pessoal absolutamente invulgares.

Em curso de publicação, num caso, e em preparação, noutros casos, vários títulos dão sequência, no imediato, a este projecto.

Já no prelo, o volume de *Textos de Imprensa – IV* (edição de Elza Miné) reúne a colaboração de Eça para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, conjunto de dispersos que se achavam disseminados por diversos volumes de publicação póstuma. Trata-se, neste caso, não apenas de fazer a história destes textos, mas também de rever, fixar e mesmo recuperar uma parte muito importante do que foi a intensa actividade jornalística de um escritor em quem a observação do mundo representada em publicações periódicas era indissociável da escrita literária propriamente dita; o pensamento político de Eça, a sua filosofia cultural e as suas ideias estéticas encontram-se também plasmados nestes textos que foram algo mais do que o mero cumprimento de um compromisso, com propósito económico.

Noutro caso – o de *Textos de Imprensa – I* (em edição nossa e de Ana Teresa Peixinho) –, reencontra-se, revê-se e sistematiza-se a colaboração de Eça para a *Gazeta de Portugal*.

Trata-se daquilo que em rigor é a iniciação do jovem Eça, ocorrida a partir de 1866 em textos de configuração genológica muito imprecisa, sob o signo de uma estesia fortemente marcada por um Romantismo de coloração satânica; o que significa que a edição crítica destes folhetins muito ecléticos e quase sempre ousados (estilística e tematicamente) permitirá o conhecimento mais rigoroso da aprendizagem literária do escritor. Depois disso, a edição (por Marie-Hélène Piwnik) de um volume de *Contos* facultará o reencontro com textos menos conhecidos e de destino um tanto atribulado, pois que se trata de relatos que Eça não chegou a publicar, relatos cuja história textual será também retomada. Já a edição crítica (por Frank Sousa) d'*A Cidade e as Serras* será enriquecida não apenas pela elaborada exegese que o texto merece⁸, mas também pelos materiais que se encontram no espólio queirosiano: no caso em apreço, a utilização desses materiais é absolutamente necessária, se nos lembrarmos de que este é um dos semi-póstumos, objecto, na edição de 1901, de intervenções abusivas, por parte de Ramalho Ortigão, que importa agora, tanto quanto possível, eliminar. E a edição crítica d'*O Primo Basílio* (por Isabel Pires de Lima) evidenciará o trabalho de revisão suscitado pela passagem da primeira à segunda edição, ambas datadas de 1878, trabalho intenso e concretizado num lapso de tempo muito reduzido.

Disse-se no início que a fortuna cultural de um escritor não depende apenas dele; *mutatis mutandis*, o mesmo pode afirmar-se de uma edição crítica como aquela a que temos vindo a referir-nos.

Tal como a obra de um escritor – mas num plano e com estatuto distinto, evidentemente –, uma edição crítica é uma proposta cultural.

O que dela resulta é decidido sobretudo pelo sentido de responsabilidade e pelo critério de um vasto conjunto de destinatários desse que é o trabalho longo, árduo e silencioso que uma edição crítica requer. Investigadores, professores, bibliotecários, agentes culturais e sobretudo editores comerciais desempenham aqui um papel fundamental: cabe-lhes entender que uma edição crítica deve ter como destino último a preparação e a utilização de melhores edições (edições correntes, bem entendido). Só assim se alcançará o propósito de salvaguarda patrimonial – porque património não são apenas as construções de pedra e cal... – que inspira uma edição crítica.

¹ A exposição «Eça de Queirós: a Escrita do Mundo», recentemente realizada na Biblioteca Nacional, teve precisamente o espólio do escritor como seu elemento estruturante; cf. o álbum-catálogo, *Eça de Queirós: a Escrita do Mundo*, Lisboa, Biblioteca Nacional-Edições Inapa, 2000. Proximamente, a referida exposição será exibida em São Paulo e no Rio de Janeiro.

² Os resultados dessa pesquisa foram publicados em *A Construção da Narrativa Queirosiana. O Espólio de Eça de Queirós*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, de nossa autoria e com a colaboração de Maria do Rosário Milheiro.

³ Registe-se o importante contributo de Ivo Castro e Luiz Fagundes Duarte, para o conhecimento rigoroso dos problemas levantados por aquele borrão queirosiano: cf. Ivo Castro, «A 'Tragédia da Rua das Flores' ou a arte de editar os manuscritos autógrafos», separ. de *Boletim de Filologia*, tomo XXVI, 1980/81; Ivo Castro e Luiz Fagundes Duarte, «Duas notas sobre 'A Tragédia da Rua das Flores'», separ. de *Boletim de Filologia*, tomo XXVII, 1982; Luiz Fagundes Duarte, *A Fábrica dos Textos. Ensaio de Crítica Textual acerca de Eça de Queiroz*, Lisboa, Cosmos, 1993, pp. 11 ss.; veja-se também o que escrevemos n'*A Construção da Narrativa Queirosiana*, ed. cit., pp. 38 ss.

⁴ A primeira edição em livro ocorreu no volume *Últimas Páginas* (1912).

⁵ Neste caso, o plano da edição crítica distingue *Contos* não póstumos de *Contos II*, que são os de publicação póstuma. Refira-se que a edição de *Contos*, em 1902, por Luís de Magalhães, foi a primeira em livro.

⁶ Trata-se da edição crítica das três versões (1875, 1876 e 1880), por Helena Cida de Moura (Porto, Lello & Irmão, 1964; 2 vols.).

⁷ Essa primeira versão tem, contudo, um valor documental que uma edição facsimilar há-de salvaguardar.

⁸ Ao romance *A Cidade e as Serras* consagrou Frank Sousa a sua dissertação de doutoramento: *O Segredo de Eça. Ideologia e Ambiguidade em A Cidade e as Serras*, Lisboa, Cosmos, 1996.